

## Estratégias de produção e desenvolvimento com base na agroecologia: análise comparada de estudos de casos em Nova Friburgo, Brasil e Mendoza, Argentina

*Iranilde de Oliveira Silva<sup>1</sup>*

*Facundo Martín<sup>2</sup>*

*Renato Linhares de Assis<sup>3</sup>*

### RESUMO

Discute-se a agroecologia como uma interface do desenvolvimento socioeconômico de agricultores familiares impulsionados por movimentos sociais e políticas governamentais. Foram utilizados estudos de casos de Mendoza, Argentina, e Nova Friburgo, Brasil, e metodologia qualitativa para definir amostragem para entrevistas e organizar as informações coletadas. As características de ocupação dos dois territórios analisados forjaram os sistemas de produção locais e, no processo de investigação realizado foi fundamental apreendê-las de forma clara, para o entendimento de como foram estabelecidas as estratégias agrícolas desenvolvidas pelas famílias em seus sistemas de produção. A agroecologia aparece como alternativa não apenas aos meios de desenvolvimento de técnicas produtivas, mas como opção para um processo de desenvolvimento territorial sustentável.

**Termos para indexação:** segurança alimentar, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, mercados agroalimentares, políticas públicas.

### Agroecology as an alternative for family farmers in Nova Friburgo in Brazil, and Mendoza in Argentina.

### ABSTRACT

Agroecology is discussed as an interface of the socioeconomic development of family farmers, who are driven by social movements and public policies. Case studies of Mendoza, Argentina, and of Nova Friburgo, Brazil, and qualitative methodology were used to define samplings for interviews and to organize collected information collected. The occupation characteristics of the two analyzed territories shaped the local production systems. In the research process, to clearly grasping these characteristics was essential to understand how the agricultural strategies developed by the families within their production systems were established. Agroecology appears not only as an alternative to the means for developing production techniques, but also as an option for a process of sustainable territorial development.

**Index terms:** food security, sustainable development, family farming, agrifood markets, public policies.

<sup>1</sup> Zootecnista, doutora em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, assessora técnica do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: iranildesilva@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7700-0429>

<sup>2</sup> Engenheiro-Agrônomo, doutor em Ciência Sociais, professor do Departamento de Geografia, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), Mendoza, MDZ, Argentina. E-mail: fdmartingarcia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0709-249X>

<sup>3</sup> Engenheiro-Agrônomo, doutor em Economia Aplicada, pesquisador da Embrapa Agrobiologia, Seropédica, RJ, Brasil. E-mail: renato.assis@embrapa.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4228-5166>

### Ideias centrais

- Os ambientes de montanha estudados em Nova Friburgo e Mendoza condicionaram os deslocamentos, atividades produtivas e moradias de seus ocupantes.
- As características de ocupação desses territórios foram determinantes para as estratégias agroecológicas desenvolvidas.
- A transição para uma agricultura sustentável apresentou-se como alternativa agroecológica para o processo de desenvolvimento territorial sustentável.
- Organizações sociais desempenharam papel articulador na disseminação e consolidação de experiências agroecológicas.
- Essas organizações tiveram papel importante na organização da produção, na comercialização, no acesso à terra e nas reivindicações junto às políticas públicas.

Recebido em  
12/05/2023

Aprovado em  
10/10/2024

Publicado em  
10/12/2024



This article is published in Open Access under the Creative Commons Attribution licence, which allows use, distribution, and reproduction in any medium, without restrictions, as long as the original work is correctly cited.

## INTRODUÇÃO

O acesso a mercados pela agricultura familiar apresenta como dificuldade a necessidade de coadunar a unidade doméstica e a unidade de produção no sistema produtivo, ou seja, a produção para autoconsumo e a produção para comercialização, em razão de suas distintas escalas de produção e diversificação e, conseqüentemente, também suas estratégias de organização (Shanin, 2005; Antonio & Assis, 2023). Notadamente, no que tange aos mercados, há necessidade não só de enfrentamento dos desafios impostos nas trocas capitalistas, como também de dialogar com o Estado mediante os novos instrumentos de políticas públicas (Sabourin, 2014).

No atual contexto de globalização do mercado de alimentos, Schneider et al. (2016) relatam que iniciativas, práticas e experiências pioneiras existem e são reconhecidas e legitimadas tanto na sociedade civil, inclusive as organizações de agricultores familiares, como nas esferas governamentais, o que possibilita ampliar a produção em tamanho e escala visando tanto o consumo pelas famílias agricultoras como a produção para o mercado de alimentos saudáveis.

Por sua vez, o processo de modernização da agricultura alavancado no contexto da denominada Revolução Verde provocou mudanças nos processos produtivos, a partir do desenvolvimento e da introdução de tecnologias, com a justificativa de aumentar a produtividade e, desta forma, garantir maior produção de alimentos com preços mais baixos e estáveis, para atender a demanda crescente por alimentos no mundo. Se, por um lado, a Revolução Verde possibilitou o aumento de produtividade e o incremento de área plantada, dando espaço para a geração de empregos e o aumento da renda oriunda da agricultura (Paulillo & Pessanha, 2009), por outro lado, verificou-se o acirramento de contrastes sociais no campo, sem que a maior oferta de alimentos representasse a redução do problema da fome.

O pacote tecnológico disseminado fomentou um rompimento da autonomia de produção de grande parcela da agricultura familiar, em toda cadeia produtiva, desde a aquisição de insumos até a comercialização, à medida que a produção diversificada perdeu espaço para monocultivos. Como resultante deste processo, muitas famílias agricultoras tornaram-se reféns de intermediários, com impactos significativos sobre a sustentabilidade de seus sistemas de produção, então mais sensíveis a qualquer variação, quer seja de aspectos climáticos ou de oscilação de preços no mercado. Muitos agricultores empobreceram e sofreram conseqüências deste processo, tais como poluição, degradação ambiental, redução da base genética e deterioração da base social de produção de alimentos, com fortes impactos negativos sobre a segurança e soberania alimentares.

Como alternativa, contrapondo-se a esse processo, surgiu a agroecologia, propondo uma agricultura integrada ao meio ambiente, que procura manter, recuperar e restaurar os recursos naturais mediante manejos agrícolas adequados, estabelecidos de acordo com cada ambiente e respeitando perfis e realidades culturais e edafoclimáticas de cada região. Nesse sentido, sistemas de produção agroecológicos caracterizam-se pela utilização de tecnologias “amigáveis” em relação ao ambiente, de forma a provocar pequenas alterações nas condições de equilíbrio entre os organismos participantes do processo de produção, bem como do ambiente (Mazoyer & Roudart, 2010; Moura et al., 2017; Ndiaye et al., 2022).

Segundo Sevilla Guzmán (2011), a agroecologia exige um gerenciamento ecológico dos recursos naturais, por meio da ação social coletiva, e representa uma alternativa à atual crise na sociedade, o que determina a necessidade de desenvolverem-se propostas participativas desde a produção até estratégias alternativas de relação com o mercado, entendendo-se que somente com o estabelecimento de novas formas de produção e consumo será possível contribuir para reduzir a degradação ecológica e social gerada pelo sistema neoliberal. Nessa perspectiva, a agroecologia é apontada como alternativa não apenas aos meios de desenvolver técnicas produtivas, mas analisada de forma sistêmica, no contexto de um processo mais amplo de desenvolvimento socioeconômico.

Para Gomes & Borba (2004), a agroecologia é também instrumento para organizar políticas públicas, inclusive as de ciência e tecnologia, que contribuem para que o conhecimento seja adequadamente equitativo; estes autores entendem que isso deve ocorrer com participação social, e apoio do levantamento de demandas baseadas no diálogo, para que ocorram a inclusão social e a cidadania. Estes autores abordam a participação como ponto importante, pois ela permite aos atores estabelecerem suas demandas, fazendo com que estas sejam atendidas de forma mais democrática. A participação é condição essencial como instrumento de mobilização social, pois fortalece os laços sociais e o desenvolvimento da comunidade. Assim, é possível desencadear processos de ação social coletiva, nos quais as pessoas reconhecem o valor dos recursos e de outros elementos constituintes de uma condição local (muitas vezes marcada como marginal), facilitando o estabelecimento de planos de longo prazo de desenvolvimento endógeno.

Desde a primeira década do século XXI, o Brasil tem-se destacado na promoção de políticas e programas governamentais que visam o fortalecimento da agricultura familiar, entre os quais o fornecimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), possibilitando aos agricultores familiares o acesso a mercados de forma mais favorável.

No âmbito do Mercosul, a partir de 2004, a criação da Reunião Especializada para Agricultura Familiar (REAF) representou um marco. Concebida como um espaço de diálogo regional, a REAF volta-se para a construção conjunta de políticas, a fim de cobrir o vácuo institucional que existia em relação à negociação regional dos temas da agricultura familiar, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas, facilitação do comércio de produtos e, ainda, discussão de uma agenda de ações de fomento à segurança e soberania alimentar e nutricional.

Embora o Brasil seja pioneiro em políticas de promoção do acesso de agricultores familiares aos mercados institucionais, trata-se ainda de um processo em evolução, mas já compreendido como uma experiência exitosa, que tem contribuído para que outros países possam observar e refletir sobre propostas que abarquem o desenvolvimento rural por meio da agricultura familiar.

Diante dessa perspectiva de promoção do desenvolvimento rural, no presente trabalho, buscou-se compreender como ocorreu a inserção de agricultores familiares em políticas e programas de fortalecimento da comercialização e de acesso a mercados, e como esse processo impactou os sistemas de produção do segmento social em questão. Para tanto, a pesquisa foi realizada na Argentina e no Brasil, tendo como objetivo verificar estratégias de comercialização desenvolvidas por agricultores familiares em Mendoza (Argentina) e Nova Friburgo (Brasil), considerando-se principalmente os mercados institucionais. Isto foi feito tendo-se claro que os dois países possuem suas particularidades, com características culturais, políticas e econômicas específicas, que orientam o debate e ajudam a delimitar conceitos e formatos de ações para o desenvolvimento rural, com base na agroecologia.

## METODOLOGIA

A base metodológica empregada teve caráter qualitativo, o que deu oportunidade a uma maior proximidade com os atores e sujeitos territoriais. Segundo Godoy (1995), a abordagem qualitativa é uma análise integrada de diversas fontes, trazendo o entendimento de pessoas nela envolvidas. Como exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, o que permite que a imaginação e a criatividade levem o investigador a propor um trabalho que explore novos enfoques ao longo da sua execução.

Em convergência com essa abordagem, adotou-se o estudo de caso que, segundo a autora supracitada, possibilita realizar uma análise profunda, visando o detalhamento de um ambiente em particular. Para tanto, utilizaram-se os seguintes procedimentos: análise de documentos e bibliografia, entrevistas, observação participante e não participante.

A análise de dados secundários foi realizada a partir de pesquisa documental e bibliográfica, por meio de artigos, relatórios de pesquisa, dissertações, teses e páginas de internet governamentais. As informações primárias foram coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas, da participação em encontros de agricultores e agricultoras, de reuniões com gestores locais e de visita a espaços de comercialização (atacado e varejo).

Doze entrevistas foram realizadas tanto em Mendoza (Argentina), como em Nova Friburgo (Brasil). Em ambos os casos, para as entrevistas iniciais, partiu-se do contato com entidades de organização social dos agricultores que, na Argentina, foram a Cooperativa Tierra Campesina e a Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST); e, no Brasil, a Associação Serra Nova de Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo (ASNTR-NF) e a Cooperativa de Mulheres Rural Legal. Realizaram-se também entrevistas com técnicos de órgãos governamentais de assessoria técnica, nas duas regiões de estudo, com intuito de verificar dados de produção e comercialização.

No sentido de respeitar os espaços e as dinâmicas dos agricultores, as entrevistas foram realizadas em locais oportunos para estes. Assim, a maioria das entrevistas foi realizada na residência do entrevistado. Os diálogos foram gravados, e as informações obtidas foram sistematizadas posteriormente. De acordo com Duarte (2009), quando realizada na residência ou local em que o entrevistado se sinta bem, a entrevista flui mais tranquilamente, possibilitando conhecer os espaços produtivos e as culturas agrícolas por eles desenvolvidas.

Verdejo (2006) também atribui a seleção do lugar como fator importante, assim como a definição do momento de realizar a entrevista, dando preferência ao ambiente familiar, ressaltando a importância de que a atividade não atrapalhe seriamente o trabalho do entrevistado. Este mesmo autor aborda, ainda, o que ele denomina de “a arte de perguntar”, quando coloca que não se trata de um interrogatório e que as entrevistas não devem constituir momentos impositivos, mas sim de troca de experiências, em que a apreensão de conhecimento seja realizada com respeito: o saber ouvir com atenção.

A pesquisa de campo foi realizada de setembro a novembro de 2016, na província de Mendoza, Argentina e, no período de abril a junho de 2017, no município de Nova Friburgo, Brasil.

Para organizar as informações coletadas e definir a amostragem das entrevistas, usou-se o método de saturação, também conhecido como “bola de neve”, descrito por Fontanella et al. (2008) como uma ferramenta que estabelece ou fecha o tamanho de uma amostra de estudos, ao interromper a inserção de novos participantes, quando houver repetições sucessivas da mesma resposta, posto que novas entrevistas pouco acrescentariam ao aperfeiçoamento das reflexões teóricas.

A questão-chave do questionário utilizado na pesquisa foi sobre as estratégias de comercialização realizadas pelos agricultores. Além disso, buscou-se compreender, no contexto da unidade produtiva, a forma de organização de plantios e os aspectos que interferiam nas tomadas de decisão para realizarem a comercialização.

Com intuito de ampliar a visão sobre os sistemas de produção, foram realizados desenhos das unidades produtivas (Figura 1) com auxílio dos agricultores. Em seguida, foram realizadas caminhadas para que, conforme indicam Geilfus (2002) e Verdejo (2006), no caminhar fosse possível obter informações sobre diversos aspectos de influência, seja na comunidade ou na unidade de produção familiar, tais como a topografia, as áreas de uso e recursos diferentes, quando, então, foi possível estimular que o agricultor expressasse ainda mais as potencialidades do seu lugar.

As caminhadas também tornaram visíveis alguns recursos relevantes para a pesquisa inicialmente, não destacados pelo agricultor. Um exemplo disso foi a identificação de plantios não destinados aos mercados, mas ao consumo familiar, fato importante para a segurança alimentar das famílias.

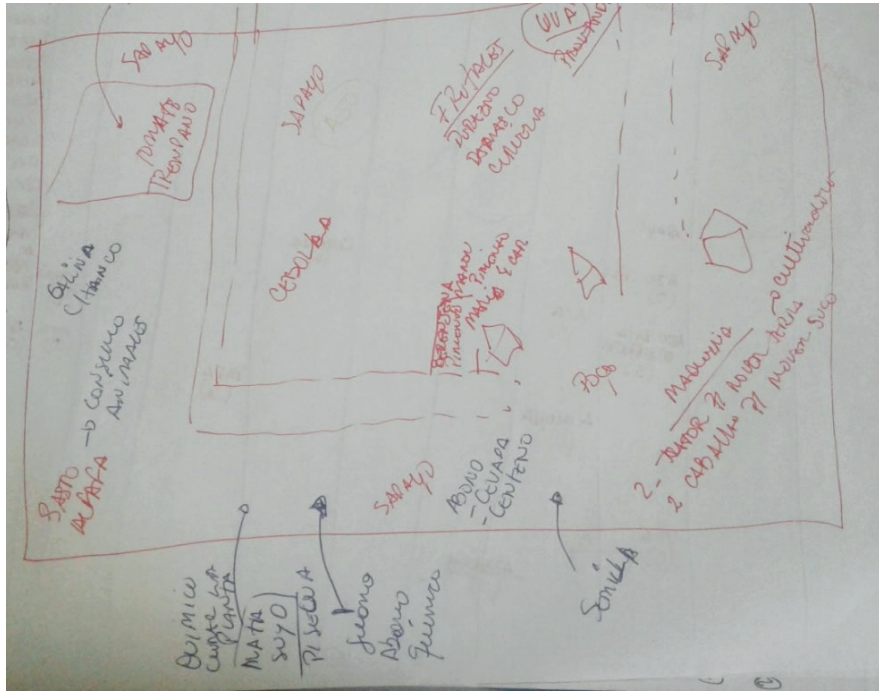


Figura 1. Desenho realizado durante entrevista de uma unidade de produção, com a disposição de construções e cultivos no agroecossistema.

Com o intuito de compreender a organização da produção de alimentos, levando-se em consideração as estratégias de cada família e as estações do ano, foi organizado com os agricultores um calendário anual de seus cultivos (Figura 2), identificando-se: épocas de plantio e colheita; formas de armazenamento; e possíveis destinos da produção, consumo da família e mercados e, neste caso, especificaram-se os canais de comercialização utilizados. Esta técnica de calendários é descrita por Geilfus (2002) e Verdejo (2006) como uma atividade útil para ilustrar as relações entre as diferentes atividades, *vis-à-vis* as mudanças sazonais e os momentos em que ocorrem, o que permite analisar todos os aspectos relacionados no decorrer do tempo.

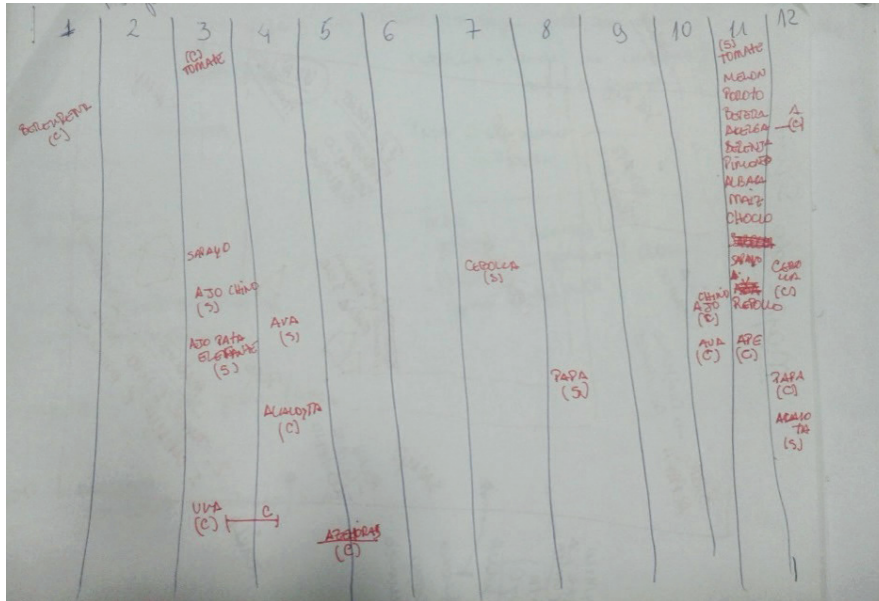


Figura 2. Desenho realizado durante entrevista de calendário anual de cultivos de uma unidade de produção.

Assim, foi possível identificar quais eram as estratégias para comercialização, fossem estas de forma individual, ou realizadas em parcerias com outros agricultores, ou por meio das organizações como associações ou cooperativas em que estavam inseridos. Foi possível refletir com os agricultores sobre diversos aspectos que foram desde a organização da unidade de produção até os mecanismos de comercialização. Por meio da sistematização simples realizada, os entrevistados identificaram mais facilmente os meses mais críticos, em que o volume de produção e de comercialização de cada item cultivado era menor. Com facilidade, identificavam também, a que se devia isto, como, por exemplo, as questões climáticas, o tipo de solo, a topografia e os recursos locais disponíveis, tanto na unidade em si como na comunidade.

Além disso, foi possível analisar, nos dois países, as determinantes da presença de processos de ressignificação camponesa, bem como sua dinâmica associada a decisões de planejamento que determinavam maior ou menor diversidade produtiva. Fez-se essa análise, relacionando-se com sua destinação: mercado ou autoconsumo. Ploeg (2015) identifica a presença de produção para autoconsumo como parte da condição camponesa, denominando-a como coprodução decorrente do encontro entre o social e o material, e destaca que essa relação possibilita avançar no debate para o desenvolvimento da agroecologia e segurança alimentar.

### Caracterização das áreas de estudo

Diante da realidade encontrada nos países em que o presente estudo foi realizado, Brasil e Argentina, nota-se que as características dos territórios analisados foram forjadas e forjam os agricultores que neles produzem. O entendimento desta relação dialética é fundamental para a análise das estratégias produtivas, desenvolvidas pelas famílias agricultoras nesses territórios.

O município de Nova Friburgo está localizado na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, no sudeste do Brasil, na cadeia de montanhas da Serra do Mar que atravessa todo estado de leste a oeste, e apresenta em Nova Friburgo importantes remanescentes da Mata Atlântica, bem como suas maiores altitudes, inclusive seu ponto culminante: 2.366 m de altitude no Pico Maior, que faz parte do conjunto de montanhas denominadas Três Picos.

A Região Serrana do estado do Rio de Janeiro tem, historicamente, a dinâmica de ocupação do seu território e de sua economia fortemente influenciadas pelo crescimento populacional da atual capital fluminense, e a demanda por gêneros alimentícios está associada a este. Becker (1966) descreve que, a partir de 1930, o aumento populacional na cidade do Rio de Janeiro determinou a urbanização de áreas de sua Região Metropolitana, até então ocupadas por unidades de produção agrícola.

Para Grisel & Assis (2015), os impactos da Revolução Verde, na região de Nova Friburgo, foram perceptíveis pelas modificações dos sistemas produtivos com a introdução de sementes híbridas de ciclo mais curto, uso de motomecanização, inclusive a aquisição de motores a *diesel* para captação de água, o que possibilitou a produção com irrigação. As mudanças de tamanho das unidades de produção também devem ser destacadas e, tanto Becker (1966) como Grisel & Assis (2015) enfatizam que o aumento e modernização das estradas tiveram forte impacto sobre a estrutura agrícola, com a possibilidade de escoar a produção de forma ágil, em maior volume e qualidade, que incluiu produtos de maior perecibilidade, como hortaliças folhosas.

A província de Mendoza está localizada na região Centro-Oeste da Argentina, que inclui parte do trecho da fronteira deste país com o Chile. Mendoza tem como característica marcante a presença do Monte Aconcágua, localizado na Cordilheira dos Andes, que constitui o ponto culminante das Américas com 6.962 m de altitude.

As regiões de estudo caracterizam-se pela presença de ambientes de montanha, entendendo-se estes como áreas onde comunidades humanas estão presentes, com valores, expressões e atividades construídas ao longo do tempo, no contexto ambiental em que as montanhas condicionam deslocamentos, atividades produtivas e moradia.

Em Mendoza, a precipitação anual média é baixa (próximo de 200 mm), com chuvas mal distribuídas e concentradas no verão. Assim, as atividades agrícolas concentram-se em 4% da área da província, que são áreas – denominadas “oásis” – irrigadas com água proveniente do degelo das montanhas da Cordilheira dos Andes (Liceaga et al., 2013).

O percurso histórico de ocupação do território mendocino, desde a colonização espanhola e seu ideário de progresso e civilização, levou à quase extinção de povos indígenas ou a que esses fossem relegadas às áreas mais áridas, à medida em que representavam “atraso” para o território. Nesse período, os povos indígenas que habitavam a província eram os *huarpes milcayac*, ao norte, e os *pehuenches* ao sul, populações estas que tinham características bem distintas de organização e manutenção de seu território, em que os primeiros praticavam uma agricultura bem desenvolvida, enquanto os outros tinham a caça como atividade principal (Argentina, 2016; Ortiz, 2019).

A formação de Nova Friburgo também tem sua origem associada à colonização europeia, está estabelecida desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, quando da ocupação de Portugal pelo exército francês de Napoleão Bonaparte. Foi nesse contexto que o rei Dom João VI, comprou a então fazenda Morro Queimado e deu início, no Brasil, ao primeiro processo de colonização não portuguesa oficial, em 1819, com a chegada de imigrantes suíços. A denominação Nova Friburgo foi uma homenagem a Fribourg, cantão da Suíça, de onde veio o maior contingente de imigrantes. Em 1823, logo após a independência do Brasil, a região recebeu novo contingente de imigrantes, então de origem alemã (Frossard, 2014; Lima, 2016).

Para compreender o desenvolvimento agrícola da região de Mendoza, é necessário entender as estratégias de uso da água desenvolvidas por populações indígenas. Ivars (2014) aponta que a apropriação e gestão da água foram fatores preponderantes para acentuar a concentração de terra e de renda na região, tendo ocorrido uma diminuição relevante, ao longo do século XX, da participação dos pequenos e médios vitivinicultores na economia regional. Para Liceaga (2012), a questão principal é que a carência de água – articulada com a irregularidade dominial e interesses privados com diversos subterfúgios – possibilitou o avanço dos estratos sociais dominantes sobre os territórios dos agricultores camponeses e indígenas, inclusive nas áreas mais secas da província, posto que nestas, mesmo com terras de menor valor, o domínio sobre a oferta de água para irrigação é mais determinante para a atividade produtiva.

Os estudos de Grosso Ceparro & Torres (2015) apontam que a localização geográfica de Mendoza e a baixa pluviosidade são fatores que contribuíram para aumentar as desigualdades no território. Em decorrência disto, verifica-se na região uma paisagem com mosaico de terras secas (Figura 3), onde a agricultura é escassa, entremeada de áreas irrigadas denominadas “oásis”, predominantemente ocupadas por produção vitivinícola vinculada ao agronegócio exportador e, minoritariamente, por agricultores familiares de base camponesa, dedicados à produção de alimentos, principalmente hortaliças para autoconsumo e comercialização de excedentes no mercado interno (Figura 4).

Por sua vez, Nova Friburgo apresenta dinâmica histórica de ocupação de seu território e desenvolvimento de sua economia agrícola fortemente influenciados pela demanda por alimentos, associada ao crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro e seu entorno, o que veio a condicionar as estratégias locais de produção. Esta demanda, segundo Grisel & Assis (2020), viabilizou o processo de parcelamentos sucessivos por herança das áreas de produção e o estabelecimento, ao longo do século XX, sobretudo a partir da sua segunda metade, de sistemas de produção de hortaliças com alta produtividade, mas de impacto ambiental elevado aos ambientes de montanha locais (Figura 5), sujeita à flutuação de preços de um ou poucos produtos em mercados a montante.

Em Nova Friburgo, a produção de olerícolas representa a principal atividade agrícola do município, presente em todos os distritos, na maioria das propriedades rurais, principalmente nos distritos de Campo do Coelho e São Pedro da Serra. Entre as dezenas de hortaliças cultivadas,

Foto: Iramilde de Oliveira Silva



**Figura 3.** Paisagem natural com característica desértica em Mendoza.

Foto: Iramilde de Oliveira Silva



**Figura 4.** Paisagem agrícola com produção familiar de hortaliças em Mendoza.

destacam-se: couve-flor, tomate, salsa, repolho, brócolis, inhame, pimentão e alface. (Pereira, 2013).

Além das atividades agrícolas, as indústrias metalmeccânica e têxtil têm grande relevância econômica em Nova Friburgo. No âmbito das atividades não agrícolas no meio rural, destacam-se o turismo rural e as atividades direta e indiretamente associadas a este. Os atrativos turísticos do município são buscados por turistas desde a abertura da via ferroviária, na segunda metade do





Foto: Renato Linhares de Assis

**Figura 5.** Paisagem agrícola com produção familiar de hortaliças em Nova Friburgo.

século XIX. Os moradores da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro buscavam refúgio no clima ameno da região, bem como utilizavam o local para cuidados com a saúde.

Em Mendoza, a agricultura local está vinculada às grandes produções agrícolas geradoras de divisas por meio da exportação, notadamente as oriundas da vitivinicultura. Neste contexto, a agricultura familiar local fica inviabilizada, com a produção de hortaliças – especialmente alho, cebola, tomate e batata – voltada para autoconsumo e mercado interno. Isto se dá em um território onde a ideologia do progresso e da civilização dos imigrantes europeus levou à quase extinção dos povos indígenas, restringindo os poucos remanescentes à ocupação das áreas mais áridas do território em questão, sob a justificativa de que representavam o “atraso”.

Tem-se, assim, na atualidade de Mendoza, uma conjuntura de conflitos territoriais constituídos historicamente e que propiciaram a concentração de terra, associada à limitação do acesso aos recursos hídricos para a agricultura familiar, que não foi priorizada nas normatizações sobre o uso da água (Martín et al., 2010).

Em ambas as regiões de estudo, verifica-se um modelo de desenvolvimento rural construído historicamente com base na colonização europeia, voltado ao atendimento a mercados externos; notadamente, o mercado vinícola de outros países, no caso de Mendoza; e o mercado de hortaliças da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, no caso de Nova Friburgo.

### **Caracterização das famílias entrevistadas**

Durante a realização das entrevistas com agricultores, nos dois países, buscou-se entender a trajetória histórica das famílias e sua composição, posto que é importante perceber que a história de um indivíduo incorpora também traços e fatos vividos por um povo. Assim, nos dois locais de estudo, estabeleceram-se a leitura e a compreensão do desenvolvimento das questões sociais pujantes, das relações econômicas predominantes e suas alternativas. Toledo & Barrera-Brassols (2015) abordam a questão de que, na essência da memória, podem ser percebidas as experiências e sabedorias adormecidas nas mentes de homens e mulheres que lidam com o manuseio da natureza.

Em Mendoza, verificou-se que as histórias de vida dos entrevistados eram determinantes, para que estes se identificassem com as organizações sociais nas quais relataram ter inserção, com destaque para a Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST), da qual admitiam participar em razão da necessidade de luta política por terra e água, assim como pela busca por acesso a políticas públicas de apoio à produção e à comercialização

A UST cumpria o papel de articuladora não apenas para os agricultores familiares identificados com sua estrutura organizativa. Verificou-se que sua luta era pela inserção das demandas destes nas políticas públicas, com destaque para as relacionadas ao acesso à terra e água e de apoio ao acesso a mercados. Alguns relataram também participar de outras organizações, tais como a Asociación CAXI para el Desarrollo Integral, Cooperativa Tierra Campesina e Asociación Bolsón de Verduras, formalizadas juridicamente, e o coletivo de trabalho Hijos del Pueblo, inserido na UST.

Em Nova Friburgo, a maioria das famílias entrevistadas, eram da localidade de Serra Nova que, de acordo com Lima (2016), situa-se em área que fazia parte da Fazenda Rio Grande. Na década de 1970, a fazenda foi subdividida em duas. A área referente às cotas mais baixas, com relevo plano a ondulado, foi vendida, tendo sido nela instalada a empresa Rio Grande Agropastoril, que funcionou até os anos 2000, quando encerrou suas atividades e foi loteada e vendida a antigos funcionários e outros interessados. A parte referente às cotas mais altas, com relevo ondulado a fortemente ondulado, manteve a denominação original e o vínculo patrimonial com herdeiro da família Mendes, proprietária da área desde o século XVIII. Isto deixou de ocorrer em 2003, quando meeiros que já atuavam no local na produção de hortaliças conseguiram adquirir as terras das localidades – hoje conhecidas por Serra Velha e Serra Nova –, por intermédio de crédito do Banco da Terra, atual Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Em Mendoza, o desenvolvimento da agricultura foi voltado para a integração com o mercado internacional, principalmente na produção vitivinícola e, em decorrência, as diversas atividades inerentes a esta cadeia produtiva, em especial a colheita, aumentou extraordinariamente a demanda por mão de obra, em oposição ao que aconteceu com a produção de cereais e de gado em outras áreas do território argentino (Richard-Jorba, 2009).

Esta estrutura produtiva no meio rural mendocino condicionou a geração de postos de trabalho às estações do ano e às safras. Neste ponto, os relatos dos entrevistados foram muito próximos. Destacavam que, fosse quando eram crianças junto com seus pais, fosse já na fase adulta, haviam passado por um processo de “peregrinação” em busca de trabalho para o sustento familiar. Isto explica as origens distintas, seja de outras províncias, como Salta, Mar del Plata, Tucuman, San Juan, ou de outras zonas de Mendoza como San Rafael.

Essa constante movimentação em busca de trabalho é conhecida na Argentina como “golondrina” (andorinha), denominação que se deve à associação deste comportamento aos hábitos estacionais da ave em questão. Mingo & Berger (2009) colocam que a força de trabalho para tarefas transitórias, em geral influenciadas pelas características da produção estacional, é utilizada com predomínio de trabalho não registrado e em atividades que não exigem especialização. Descrevem esses trabalhos temporários como “acomodação” do trabalhador rural, tendo em vista que este permanece na região e integra-se eventualmente em outras atividades desenvolvidas nas unidades de produção. Um exemplo é a poda e a colheita na fruticultura. Verificou-se que os entrevistados trabalhadores rurais “acomodados” conseguiam atingir seu sustento, entremeando momentos de ocupação econômica com outros sem atividade, bem como entrevistados que relataram uma certa permanência de trabalho, os quais Mingo & Berger (2009) descrevem como “premiados” que constituíam um tipo de trabalhador que, em geral, atuava como capataz, motorista e cuidador de irrigação. No entanto, não eram relações totalmente exitosas, pois não tinham independência para colocar em prática seus anseios e vontades produtivas, fazendo o que determinassem os patrões, como pode ser percebido no que disseram dois entrevistados: “*Yo y nuestra familia trabajamos más de 20 años en una chacara con partido de 30%*” [...] *mi padre era agricultor y siempre trabajó para alguien, y yo lo acompañaba. Después pasé y trabajo siempre para otro nunca para mi propia producción*<sup>4</sup>.”

Por sua vez, no contexto de Nova Friburgo, as famílias dos entrevistados estavam nas unidades de produção há pelo menos duas gerações e apresentavam outra realidade de

<sup>4</sup> Informação fornecida aos autores pelo entrevistado AgMdz1.

empregabilidade e geração de renda. Porém, embora entre as famílias entrevistadas a principal fonte de renda fosse proveniente das atividades agrícolas, foi possível identificar o que eles chamaram de complementação da renda. Esse interesse pela complementação de renda levava membros das famílias a buscarem outras atividades não relacionadas à agricultura, como trabalho de faxineira, frentista em posto de gasolina, professora, técnica de projeto, assim como montar salão de beleza.

A pluriatividade na agricultura familiar “refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família” (Schneider 2003, p.102). Para Carneiro (1999), esta condição não é estranha à dinâmica de reprodução social como mecanismo de manutenção da família. Em outras palavras, é um processo de diversificação da renda da família, assim como a inserção profissional de membros da família.

Neste sentido, verificou-se que a inserção em outras profissões era almejada por alguns pais, e os anseios perpassavam pela estrutura educacional, em que vislumbravam a formação técnica como uma forma de seus filhos buscarem uma profissão diferente da de agricultor. É o que relataram esperar, quando matriculavam seus filhos no ensino técnico em agropecuária ou técnico em administração, junto ao Centro Familiar de Formação por Alternância, do Colégio Estadual Agrícola Rei Alberto I (Ceffa Cea Rei Alberto I). Das famílias entrevistadas, quatro tinham filhos estudando nessa escola: “[...] tenho esperança de o meu filho se formar e trabalhar, às vezes ter emprego nas lojas”.<sup>5</sup>

Em Mendoza, as condições de trabalho deixaram marcas que traçaram as vidas dos entrevistados. Destaca-se aqui o relato frequente, verificado nas entrevistas, de que a ida à escola foi deixada para outro momento, devido à necessidade, de terem mais uma pessoa que garantisse ingresso de renda para a família, como pode ser percebido nessa fala: “*o me mandaron a la escuela, porque mi padre siempre vivía de un lugar para otro, vamos para acá y para allá, vivíamos a venir para todos los lados, y después a los 15 años yo quería aprender a leer ya escribir, siempre tuve problemas para leer, mi padre no quería, no creía que nosotros necesitaban estudiar.*”<sup>6</sup>

### **Análise comparada da dinâmica socioeconômica da agricultura familiar em Nova Friburgo e Mendoza**

Na Tabela 1 é apresentada a caracterização dos agricultores familiares quanto ao acesso à terra nos dois territórios de estudo. Destaca-se que, no caso dos agricultores argentinos, utilizou-se o termo *camponês* na identificação de todos os grupos, face terem uma produção diversificada cujo planejamento e avaliação de desempenho difere substancialmente de uma empresa capitalista nos termos em que Shanin (2005) destaca para caracterizar essa categoria social. Isso distintamente dos agricultores brasileiros que apresentavam produção com forte predomínio de foco no mercado.

Os que foram definidos como do grupo 1 eram agricultores que alugavam terras (Mendoza), ou que trabalhavam como assalariados, diaristas ou em parceria (meeiros) com proprietários de terras (Nova Friburgo). Nessa parceria os agricultores contribuía com a mão de obra e os proprietários com a terra e os insumos. No caso de Mendoza havia agricultores do grupo 1 em situação de grande fragilidade pelo fato de não possuírem documentação legal referente ao aluguel da terra. Assim, eram comuns casos de agricultores na mesma unidade de produção a duas gerações serem despejados. Em Nova Friburgo, por sua vez, apesar da questão de não haver contrato entre as partes ser menos frequente, havia maior mobilidade das unidades de produção por parte dos agricultores do grupo 1.

No grupo 2 foram incluídos agricultores que tinham a posse da terra, mas essa era assegurada de forma coletiva. Em Mendoza esta havia sido viabilizada por meio da ação articulada pela *Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra* (UST), a partir da reivindicação do acesso a terras que estavam sem produção, com divisão das áreas produtivas para as famílias agricultoras,

<sup>5</sup> Informação fornecida aos autores pelo entrevistado AgFri 2.

<sup>6</sup> Informação fornecida aos autores pelo entrevistado AgMdZ1.

mas mantendo uma gestão coletiva, notadamente para assegurar o pagamento de dívidas de águas, que eram elevadas em função do longo período que as áreas estavam abandonadas. Já em Nova Friburgo, os agricultores do grupo 2 haviam acessado a posse da terra com utilização de mecanismo de crédito fundiário específico do governo brasileiro: o Banco da Terra. Assim, para atender demanda contratual do crédito os agricultores constituíram a Associação Serra Nova de Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo (ASNTRNF), que era a proprietária da área como um todo e responsável pelas parcelas de pagamento do financiamento. Assim, apesar de os agricultores terem o controle efetivo do uso e gerenciamento de suas unidades de produção, só seriam efetivos proprietários individuais destas após o término do pagamento do financiamento.

O crédito do Banco da Terra, tornou-se para estas famílias a possibilidade de adquirirem suas próprias terras. Este foi o viés estratégico de impulsionar o acesso à terra. Lima (2016) com base em dados do escritório local em Nova Friburgo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio), destaca que os agricultores das localidades de Serra Nova e Serra Velha são os únicos adimplentes do Banco da Terra no estado do Rio de Janeiro.

Por fim, foram definidos como do grupo 3 os agricultores que eram proprietários de suas unidades de produção em decorrência de herança ou compra, no caso de Nova Friburgo, ou reconhecimento do direito à terra após longa permanência no local e em decorrência de luta pela posse da terra com apoio de organizações como a UST, no caso de Mendoza.

**Tabela 1:** Caracterização dos agricultores de Mendoza (Argentina) e Nova Friburgo (Brasil) quanto ao acesso à terra.

Grupo	Mendoza (Argentina)	Nova Friburgo (Brasil)
1	Camponeses sem posse da terra	Trabalhadores rurais e parceiros
2	Camponeses com uso coletivo da terra	Assentados da reforma agrária com recursos de crédito fundiário
3	Camponeses com posse da terra	Agricultores familiares com posse da terra

Como complemento à renda, era comum no caso dos agricultores dos três grupos, nas duas regiões de estudo, que membros da família desenvolvessem atividades não agrícolas fora da unidade de produção. Ploeg (2015) relata que os agricultores familiares de base camponesa diversificam suas atividades a partir de alternativas, entre elas a pluriatividade que, para Carneiro (1999), são atividades complementares combinadas com produção não agrícola, a depender das estratégias de reprodução das famílias e das características do território em que estão inseridas.

A posse da terra é um fator preponderante para a definição das estratégias de produção agrícola e gestão dos agroecossistemas, notadamente no que se refere à inserção de práticas agroecológicas, posto que, para isso ocorrer, é necessário planejamento para sua inserção no tempo e espaço, de acordo com as demandas do agroecossistemas. De forma diversa, em Nova Friburgo, verificou-se que na maioria dos sistemas de produção analisados havia um calendário agrícola estruturado a partir das demandas de mercado, estabelecidas por intermediários que adquiriam a produção dos agricultores, o que influenciava as decisões produtivas nos três grupos, com forte impacto negativo na diversificação de cultivos.

Apesar disso, de forma mais expressiva que em Mendoza, havia em Nova Friburgo, nos três grupos de agricultores, sistemas de produção com uso de práticas agroecológicas, inclusive agricultores que obtiveram selo orgânico de produção no grupo 3. Nesse caso, o destaque era, conforme também verificado por Antonio et al. (2019), para o uso de plantas de cobertura de solo, em especial de aveia-preta, prática cujo uso difundiu-se bastante na região, após a tragédia ambiental decorrente das fortes chuvas que acometeram a Região Serrana Fluminense em janeiro de 2011.<sup>7</sup> Conforme os mesmos autores, o evento em questão alterou fortemente as condições

<sup>7</sup> De acordo com Freitas et al. (2012), o evento em questão foi decorrente de fortes chuvas que acometeram a Região Serrana do estado do Rio de Janeiro e é considerado a pior tragédia ambiental da história do Brasil. Nova Friburgo foi o município mais fortemente afetado, com uma pluviosidade de 220 mm em 24 horas, quando 80 mm já seria considerado situação de alerta. Como consequência, ocorreram enchentes e deslizamentos em áreas urbanas e rurais, com o registro na região como um todo de 918 óbitos, 8.795 desabrigados e 22.604 desalojados.

produtivas dos solos e determinou mudanças comportamentais dos agricultores, associadas à maior percepção destes acerca das atuais mudanças climáticas, relacionando-as com alterações nos ambientes de montanha em que viviam e produziam, notadamente a necessidade de ações para conservação de solo e água, diante da diminuição da vazão dos rios e nascentes e em razão do aumento de processos erosivos em suas unidades de produção.

Outro ponto importante a ser destacado é a característica camponesa fortemente observada junto aos agricultores de Mendoza, percebida na importância que estes davam para a produção de autoconsumo, ou coprodução, conforme Ploeg (2015) citado anteriormente. Por conta disso, relacionavam-se com o mercado não como fim em si mesmo, mas como estratégia de auferir ganho monetário que contribuísse para sua base econômica camponesa, em que a satisfação das necessidades da família era seu objetivo maior. Esta lógica econômica é colocada por Alexander Chayanov, ao afirmar que o empreendimento camponês não visa prioritariamente maximizar a utilidade do trabalho para obter maior lucratividade (Chayanov, 1974), à medida que envolve questões associadas à especificidade desse modo viver e produzir, bem como a relativa autonomia em relação ao capital (Carvalho & Costa, 2012).

Segundo Chayanov (1974), a dinâmica interna da unidade de produção camponesa é função do número de consumidores e não de trabalhadores, de forma que o valor que é atribuído ao trabalho é decorrente da satisfação ou não das necessidades de consumo da família. Esta característica da agricultura de base camponesa faz com que esta preze garantir as necessidades relacionadas à segurança alimentar da família agricultora, o que contribui para o emprego de seu trabalho e conhecimento na valorização do potencial agroecológico e sociocultural local. No caso de Mendoza, isto estava associado à diversificação dos agroecossistemas como ponto fundamental no desenvolvimento de suas unidades de trabalho como sistemas agrícolas. Assim, apesar da lógica técnica e econômica da modernização ter impactado os sistemas de produção analisados em Mendoza, conforme também observado por Ivars et al. (2021), em Nova Friburgo isso ocorreu de forma mais efetiva e assimilou parcela considerável da agricultura familiar local, que perdeu muito de sua natureza camponesa, configurando-se como um modo de produção que podemos colocar como agricultura familiar empresarial. A distinção desta do modo camponês de produção está no fato de que sua reprodução econômica e social se verificava em condição de dependência dos mercados, a jusante e a montante de sua produção, e com forte dependência de intermediários (Figura 6), que acessavam mercados na Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.



Foto: Renato Linhares de Assis

**Figura 6.** Transporte de couve-flor por intermediários da comercialização da produção familiar em Nova Friburgo.

No contexto de Mendoza, apesar de as formas alternativas de produção e desenvolvimento com base na agroecologia articuladas junto a movimentos camponeses serem invisíveis por um modelo hegemônico de uma vitivinicultura voltada para a exportação (Wagner, 2019), identificou-se que a adoção da agroecologia ocorria de forma mais ampla, articulada com a tomada de decisão acerca de estratégias produtivas que se vinculavam a questões históricas dos hábitos de consumo das famílias agricultoras e a observações da dinâmica do mercado local. Porém, à medida que se integravam a mercados de maior abrangência e ao sistema agroalimentar, por meio de intermediários para comercialização de seus produtos, os agricultores eram privados do poder de decisão sobre as culturas, técnicas e manejo a serem utilizados em seus agroecossistemas, conforme observado também por Molina (2013). Porém, como forma de buscar mitigar esse processo, destaca-se a atuação da UST que, a partir da organização social dos agricultores, reivindicava a institucionalização de políticas que garantissem o apoio à produção e comercialização, bem como o direito à terra e a água.

Em Nova Friburgo, a partir dos resultados das entrevistas, verificou-se que os agricultores –articulados por meio da ASNTRNF e da Cooperativa de Mulheres Rural Legal – acessavam políticas públicas já postas, de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar via mercados institucionais, especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O acesso a essas políticas públicas favorecia uma maior diversificação produtiva e um planejamento mais antecipado das rotações de cultivo nos sistemas de produção envolvidos, posto que o atendimento aos mercados institucionais em questão demandava projeto com compromisso de entrega dos produtos planejados, mas com garantia de preço justo. Esta estabilidade programada reduzia a dependência dos agricultores do vínculo com intermediários para a comercialização de seus produtos, ao mesmo tempo em que fortalecia a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras, à medida que o citado aumento da diversificação da produção de alimentos em seus agroecossistemas repercutia também favoravelmente na sua alimentação. Com estratégias como esta, o Brasil ganhou destaque no mundo, com um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento rural, com resultados efetivos na redução de desigualdades e inclusão socioeconômica de agricultores familiares, com repercussão na diversidade produtiva destes, bem como na segurança alimentar dos sistemas de produção envolvidos e da população em geral. Segundo Grisa & Schneider (2014), no processo de construção dessas políticas, as relações entre Estado e sociedade modificaram-se. De posturas críticas e reivindicativas, os atores sociais passaram a ser propositivos. Recentemente, alguns desses atores transformaram-se em parceiros na execução e cogestão das políticas públicas para a agricultura familiar.

De acordo com Schneider & Nierdele (2008) e Costa (2011), até a década de 1990, o termo agricultura familiar era praticamente inexistente no Brasil, e os agricultores que atualmente são incluídos nesta categoria eram caracterizados como pequenos agricultores, produtores de subsistência ou produtores de baixa renda.

Para Nogueira (2013), na Argentina, a alocação da categoria de agricultor familiar foi estabelecida como uma questão de política pública, mas é necessário atentar para as dificuldades a serem enfrentadas na construção de processos de desenvolvimento rural que se proponham a ter a agricultura familiar como agente ativo, em razão de suas diversidades regionais, sociais e produtivas.

Em relação à assistência técnica especializada e capacitada em princípios agroecológicos, verificou-se que nos dois casos analisados tal assistência era deficiente. Em Nova Friburgo, a maioria dos agricultores relatou que a assistência técnica mais recorrente que recebiam vinha de vendedores de lojas de insumos agrícolas, fato menos recorrente em Mendoza, mas também presente. Em relação a isto, Peixoto (2009) enfatiza o papel desses atores na disseminação do processo de modernização agrícola. Antonio (2022), destaca a importância do fortalecimento de instituições públicas de assistência técnica e extensão rural, para que, desde a capacitação de seus técnicos, seja possível trilhar caminho distinto e avançar na disseminação de processos de transição agroecológica.

A relevância de ações nesse sentido foi percebida com a pesquisa em Nova Friburgo. Verificou-se que, logo após a referida tragédia ambiental de janeiro de 2011, formou-se localmente uma rede sociotécnica envolvendo as diferentes instituições de extensão rural e pesquisa com atuação no meio rural local, articulada com as associações dos agricultores, o que possibilitou o aumento do processo de adoção de práticas agroecológicas e o atendimento da demanda oportuna que se criou.

Identificou-se, ainda, junto às duas realidades analisadas, a importância da atuação de uma assistência técnica com compromisso na promoção do desenvolvimento local sustentável, com foco nas famílias agricultoras e sensibilidade para os princípios da agroecologia, de forma a possibilitar que estas tenham uma assessoria com viés também social, não apenas restrita a questão tecnológica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a caracterização dos espaços pesquisados, Mendoza na Argentina e Nova Friburgo no Brasil, foi fundamental compreender o território e os agricultores familiares, que estão resistindo e se reinventando nos diferentes processos da cadeia produtiva em que estão envolvidos, que vão desde sistemas de produção com base na agroecologia, inseridos em processos de transição para uma agricultura sustentável, a sistemas de produção convencionais com uso intensivo de tecnologias de base industrial.

As realidades analisadas conectam-se quando, dentro da conjuntura de cada território, agricultores familiares são invisibilizados e os alimentos que produzem perdem-se nas redes de varejistas e intermediários, com dinâmica de preços que privilegia os elos da cadeia de comercialização em detrimento dos agricultores e consumidores.

A adoção de práticas agroecológicas por parte de agricultores familiares é condicionada pela dinâmica de ocupação dos territórios rurais, que forjam os agricultores e suas estratégias de produção. Políticas públicas podem influir diretamente nesta dinâmica, como a promoção do acesso de agricultores familiares aos mercados institucionais, o que contribui para a maior diversificação produtiva, notadamente em sistemas de produção familiares em que as questões relacionadas à posse da terra e ao acesso à água estejam mais bem equacionadas, assim como nos que haja maior presença da lógica camponesa nas tomadas de decisão.

Por sua vez, com a análise apresentada ficou aparente que as organizações sociais das quais os agricultores familiares fazem parte desempenham papel importante, seja na organização da produção agrícola e sua comercialização, seja no acesso à terra, assim como nas ações para assegurar que as pautas e reivindicações coletivas sejam projetadas em políticas públicas.

Nesse sentido, organizações sociais, notadamente com atuação em rede, podem representar papel articulador na disseminação e consolidação de experiências agroecológicas, dando maior visibilidade aos processos e experiências desenvolvidas pelos agricultores. Além disso, esta ação coletiva pode potencializar a reivindicação pela institucionalização de políticas de apoio à agricultura familiar com base na agroecologia, entendendo-se esta não apenas como alternativa ao modo de produção convencional, mas, articulada com uma visão sistêmica entendida como a base de um processo amplo de desenvolvimento territorial sustentável.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, Código 001), pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ANTONIO, G.J.Y. **Tipificação e predição do comportamento agroecológico da agricultura familiar de Nova Friburgo (Rio de Janeiro, Brasil) e de Lavalley, Maipú, Guaymallén e Las Heras (Mendoza, Argentina)**. 2022. 209p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- ANTONIO, G.J.Y.; ASSIS, R.L. de. Diferenciação da agricultura familiar associada à processos de transição agroecológica com apoio de ferramentas sociais emancipadoras. **Revista Grifos**, v.32, p.1-19, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v32i60.7281>.
- ANTONIO, G.J.Y.; ASSIS, R.L. de; AQUINO, A.M. de; RIFAN, A.M.; PINTO, M.C.E. The adoption of green manure processes applied to vegetable cultivation systems in mountainous environments of Rio de Janeiro state, Brazil. **Open Agriculture**, v.4, p.446-451, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1515/opag-2019-0042>.
- ARGENTINA. Ministerio de Educación y Deportes. “**No estamos extinguidos**”: memorias, presencia y proyectos de los pueblos originarios de Cuyo. Buenos Aires, 2016. 36p. (Pueblos indígenas en la Argentina, 9). Disponível em: <<http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL005248.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- BECKER, B.K. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. **Revista Brasileira de Geografia**, v.28, p.31-60, 1966.
- CARNEIRO, M.J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F. de C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.323-344.
- CARVALHO, H.M. de; COSTA, F. de A. Agricultura camponesa. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.28-34.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342p.
- COSTA, J.A. **A institucionalização da agricultura familiar na esfera do Mercosul**. 2011. 57p. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.
- DUARTE, F.R.P. **Nova Friburgo: um estudo sobre identidade urbanística**. 2009. 194p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília.
- FONTANELLA, B.J.B.; RICAS, J.; TURATO, E.R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, v.24, p.17-27, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>.
- FREITAS, C.M. de; CARVALHO, M.L. de; XIMENES, E.F.; ARRAES, E.F.; GOMES, J.O. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência – lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, p.1577-1586, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600021>.
- FROSSARD, A.C. **Pedagogia da alternância e articulação dos agentes formativos de técnicos em agropecuária: interação entre educação do campo e desenvolvimento rural sustentável em Nova Friburgo (Brasil) e Lobos (Argentina)**. 2014. 171p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo y evaluación**. San José: IICA, 2002. 217p.
- GEOGRAFIA MAPAS. **Mapa do estado do Rio de Janeiro, Brasil**. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/323414816961723291/>>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, p.57-63, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>.
- GOMES, J.C.C.; BORBA, M.F. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. **Ciência & Ambiente**, v.29, p.5-14, 2004. Disponível em: <<https://cienciaambiente.com.br/shared-files/2256/?005-014-1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.52, p.S125-S146, 2014. Supl.1. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>.
- GRISEL, P.-N.; ASSIS, R.L. de. Condicionantes agroecômicos para adoção de práticas sustentáveis em ambientes de montanha em Nova Friburgo (RJ). **Nativa**, v.8, p.687-697, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31413/nativa.v8i5.10012>.
- GRISEL, P.-N.; ASSIS, R.L. de. **Dinâmica agrária da região sudoeste do município de Nova Friburgo e os atuais desafios de sua produção hortícola familiar**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2015. 83p. (Embrapa Agrobiologia. Documentos, 299). Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1015689/dinamica-agraria-da-regiao-sudoeste-do-municipio-de-nova-friburgo-e-os-atuais-desafios-de-sua-producao-horticola-familiar>>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- GROSSO CEPPARO, M.V.; TORRES, L.M. Entre las políticas por el agua y los esfuerzos por calmar la sed. El «Acueducto del Desierto» en las tierras secas no irrigadas de Lavalley, Mendoza. **América Latina Hoy**, v.69, p.17-33, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14201/alh2015691733>.



- INTERTOURNET. **Mendoza: mapa y división política**. 2023. Disponível em: <<http://www.intertournet.com.ar/mendoza/mapamza.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- IVARS, J.D. **Productores en la encrucijada ambiental global: poder y racionalización en la apropiación y uso del agua en el oasis del río Mendoza**, Argentina. 2014. 251p. Tesis (Doctorado) – Universidad Nacional de Quilmes, Bernal. Disponível em: <<https://waterlat.org/Thesis/Ivars.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.
- IVARS, J.D.; HIRAMATSU, O.A.C.; FILI, J.P. Resistencias sociales y ecosistémicas: trayectorias en la horticultura de Mendoza, Argentina. **Mundo Agrario**, v.22, e173, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24215/15155994e173>.
- LICEAGA, G. Las luchas campesinas en Mendoza: reflexiones a partir de la acción colectiva de la Unión de Trabajadores Rurales sin Tierra. In: BRAVO, N. (Ed.). **(Re)inventarse en la acción política**. Mendoza: Ediunc, 2012. p.116-157.
- LICEAGA, G.; D'AMICO, M.P.; MARTÍN, D. Tensiones y conflictos en la dinámica actual de los territorios rurales mendocinos. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, v.39, p.137-172, 2013. Disponível em: <<https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/10328/20161227A.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- LIMA, V.C.S. **Desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha: estudos de caso em Nova Friburgo (RJ) e no Alto Camaquã (RS)**. 2016. 140p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- MARTÍN, F.; ROJA, F.; SALDI, L. Domar el agua para gobernar: concepciones socio-políticas sobre la naturaleza y la sociedad en contextos de consolidación del Estado provincial mendocino hacia finales del siglo XIX y principios del XX. **Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”**, v.10, p.159-186, 2010.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Nead, 2010. 568p.
- MINGO, E.; BERGER, M. Asalariados rurales en el Valle de Uco (Mendoza, Argentina). **Mundo Agrario**, v.10, 2009. Disponível em: <<https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/v10n19a05/614>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- MOLINA, M.G. de. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecología política. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.17-70.
- MOURA, I.F. de; GUEDES, C.A.M.; ASSIS, R.L. de. Agroecology in the Brazilian government agenda: developments between 2011 and 2014. **Cuadernos del Desarrollo Rural**, v.14, p.1-15, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cdr14-79.abga>.
- NDIAYE, A.; GUERRA, J.G.M.; ASSIS, R.L. de. Programa PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável: estratégia para geração de renda, segurança alimentar e nutricional em sistemas de produção familiar. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v.39, e26928, 2022.
- NETMAPS. **Mapas de España y del mundo**. 2023. Disponível em: <<https://www.netmaps.es/mapas/argentina-political-map/>>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- NETMUNDI.ORG. Arte, cultura e filosofia. **Mapa do Brasil: regiões, estados e capitais**. 2023. Disponível em: <<https://www.netmundi.org/home/mapa-do-brasil-regioes-estados-e-capitais/>>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- NOGUEIRA, M.E. Agricultura familiar y políticas públicas en la Argentina de los últimos años. Algunas reflexiones en torno a una relación compleja. **Revista Trabajo y Sociedad**, n.21, p.49-66, 2013.
- ORTIZ, J. **Huarpes**. 2019. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/slideshow/huarpes-129617780/129617780>>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- PAULILLO, L.F.; PESSANHA, L. Segurança alimentar e políticas públicas: conexões, implicações e regionalização. In: PAULILLO, L.F.; ALVES, F. (Org.). **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p.17-55.
- PEIXOTO, M. **A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas**. 2009. 314p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- PEREIRA, M.S. **Avaliação da sustentabilidade de sistemas de produção agrícola de base ecológica no município de Nova Friburgo, RJ**. 2013. 26p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- PLOEG, J.D. van der. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction. In: HEBINCK, P.; SCHNEIDER, S.; PLOEG, J.D. van der. (Ed.). **Rural development and the construction of new markets**. Abingdon: Routledge, 2015. p.16-40.
- RICHARD-JORBA, R. El mundo del trabajo vitivinícola en Mendoza (Argentina) durante la modernización capitalista, 1880-1914. **Mundo Agrario**, v.9, p.1-37, 2009. Disponível em: <<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=arti&d=Jpr3787>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidaria. **Revista Econômica do Nordeste**, v.45, p. 21-35, 2014. Supl. especial. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2014.496>.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.8, p.99-121, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F.T. da; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: CRUZ, F.T. da; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p.9-22.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A.L. de. (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008. p.989-1014.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário**. La Paz: Agruco, 2011. 137p. Disponível em: <[http://209.177.156.169/libreria\\_cm/archivos/pdf\\_551.pdf](http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_551.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2017.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano8, p.1-21, 2005. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i7.1456>.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BRASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272p.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62p. Disponível em: <[http://www.projetovidanocampo.com.br/livros/Diagnostico\\_rural\\_participativo.pdf](http://www.projetovidanocampo.com.br/livros/Diagnostico_rural_participativo.pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2017.

WAGNER, L. Agricultura, cultura del oásis y megaminería em Mendoza: debates y disputas. **Mundo Agrario**, v.20, e106, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24215/15155994e106>.

---